

United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (Unesco). *World Social Science Report: Knowledge Divides*. Paris: Unesco; 2010.

Everardo Duarte Nunes²

²Departamento de Saúde Coletiva, Faculdade de Ciências Médicas, Universidade Estadual de Campinas

Resenhar a mais recente publicação da Unesco sobre as ciências sociais não é tarefa fácil. Trata-se de um volumoso e dos mais completos relatos sobre as ciências sociais da última década; são 422 páginas (coluna dupla) que os organizadores denominaram ***World Social Science Report: Knowledge Divides*** e que reúne centenas de colaboradores de todos os continentes que buscaram trabalhar não somente as realidades dos seus países, mas traçar a trajetória de distintos campos e temas das ciências sociais. As apresentações são de Irina Bokova (Diretora Geral da Unesco) e Pierre Sané (Assistente do Diretor Geral para as Ciências Sociais e Humanas) e o Prefácio de Gudmund Hernes (Presidente do Conselho Internacional de Ciência Social) e a Introdução Geral de Françoise Caillods e Laurent Jeanpierre. São en-

fáticos quando afirmam que as ciências sociais alcançam nesse período a sua fase de maior influência com seus profissionais em atividades públicas, privadas e nos meios de comunicação e muitos dos jargões antes acadêmicos são vulgarizados pela mídia e tornam-se parte da linguagem cotidiana. Mas como anota Hernes (p. vi) “Entretanto, apesar do seu impacto, os seres humanos enfrentam crises que põem à prova seu entendimento e a capacidade de enfrentá-las”. Até onde as ciências sociais podem ajudar nessa compreensão e oferecer instrumentos para os problemas mais candentes é o que o Relatório procura oferecer, sem deixar de lado as suas fraturas, separações e dificuldades.

Incluindo o Capítulo que trata das Conclusões e futuras linhas de ação, o extenso Relatório está dividido em 10 Capítulos, subdivididos em diversos itens.

O primeiro Capítulo ***Social Sciences facing the world*** trata dos desafios globais e das perspectivas regionais das ciências sociais. São abordados grandes problemas mundiais: mudança ambiental, pobreza, crises financeiras, desigualdade, marginalização, envelhecimento e o futuro das cidades. Destaca que algumas ciências sociais são mais apropriadas que outras para discutir determina-



das questões: a demografia nas questões das tendências demográficas; a economia na validação dos indicadores da desigualdade de renda global e a sociologia no estudo do desenvolvimento das cidades globais. Para apresentar a questão ambiental global, o especialista é um geógrafo, sendo também deste grupo de cientistas, o que escreve sobre a crise financeira, sendo que o tema da marginalização e violência coube a um cientista político. Como consta no Relatório: “Assim este retrato do mundo é também um espelho da riqueza das ciências sociais, e a fertilidade de seus instrumentos e perspectivas quando se propõe a entender hoje os desenvolvimentos nas sociedades humanas” (p. 9). Os autores deixam claro que hoje os desafios das sociedades são também desafios para as suas disciplinas, forçando-os a ajustá-las em suas metodologias e abordagens. Para eles a atenção deve ser dirigida à pluralidade de contextos, às características culturais e locais na avaliação das questões globais. Outro ponto é o da inter-relação entre as mudanças globais (clima, água, biodiversidade, ecossistemas marinhos, etc.) e a as dimensões humanas, políticas e organizacionais. Da mesma forma, destacam o grande interesse sobre a pobreza global, a partir do final de 1990, na agenda política, mas que merece críticas, especialmente, pelo fato de que sua descontextualização “convida para ‘soluções’ que são amplamente inefetivas” (p. 16). Não basta alardear sobre a sua extensão para combatê-la; é necessário dimensionar as desigualdades histórica e estruturalmente, sem esquecer de, antropologicamente, verificar “o significado da pobreza para aqueles que realmente a vicenciam, antes de tentar encontrar soluções” (p.15). Ressaltam que a mensuração das desigualdades é fundamental, mas que isso levanta problemas metodológicos, incluindo como são definidos a renda e o consumo, o que redundará em sérias questões de comparação entre países. Lembram que talvez em um futuro não muito distante seja possível desenvolver um inquérito domiciliar global, organizado pelas Nações Unidas. O tema da crise financeira atual foi abordado a partir da sua ocorrência nas grandes cidades norte-americanas, sendo que a questão urbana, propriamente dita, foi analisada tomando o conceito de “cidade global” como referência, ou seja, cidades com múltiplas funções econômicas, comerciais, sociais, culturais. Conectado a estas questões o texto que trabalha com os desafios populacionais evidencia que os principais problemas são: crescimento da população, urbanização, envelhecimento e migração internacional. Em relação aos temas

da marginalização e violência, aponta que há necessidade de uma nova teoria da modernização, visto que a ‘antiga’ não trabalhou com as conexões entre as condições estruturais e os modelos interpretativos de análise, numa perspectiva fenomenológica, mas que “traga as instituições de volta, assim como o papel das redes sociais e o desempenho” (p. 34, 27).

Após situar os grandes problemas, o Relatório faz um retrospecto sobre os vários conselhos regionais de pesquisa em ciências sociais, apontando que a tendência parece ser de regionalmente acompanhar as transformações no contexto da mudança global (p. 38). São apresentadas pequenas sínteses e os problemas que enfrentam: o Conselho Árabe – incapacidade dos cientistas sociais participarem nos debates públicos devido às condições políticas; Associação Asiática – contrastes entre temas importantes e o isolamento dos pesquisadores; Conselho Latino Americano – com uma produção original sofre os riscos de baixos níveis de financiamento e coordenação dentro e entre os sistemas científicos nacionais; Conselho para o Desenvolvimento da Pesquisa em Ciência Social na África – falta de infraestrutura em muitos países africanos e desafios nos níveis epistemológico e institucional.

O segundo Capítulo *The institutional geography of social science* focaliza a organização institucional dos sistemas de pesquisa em diferentes regiões e países, usando vários métodos: bibliometria, *surveys*, revisões e a rede de relações dos pesquisadores. Destaco alguns pontos de cada realidade estudada, situando as palavras iniciais deste Capítulo, quando assinala que são enormes as discrepâncias e as diversidades em tamanhos, estruturas institucionais e as condições gerais dos sistemas de pesquisas ao redor do mundo (p. 53). Em muitos países a pesquisa é predominantemente exercida nas universidades ou em centros vinculados a elas, sendo exceção os países soviéticos, nos quais a pesquisa é realizada em academias e institutos fora das universidades. Os dados sobre a América do Norte (Estados Unidos e Canadá) mostram que há mais de 100 mil cientistas sociais engajados na pesquisa acadêmica, além de um grande número em instituições governamentais, empresas privadas e organizações não lucrativas. De um modo geral, os profissionais trabalham na saúde pública, educação e serviço social, sendo que não há órgãos centrais governamentais de financiamento de pesquisas. Se, de um lado, ocorreu um interesse acadêmico de “olhar para dentro” do campo, de outro, se expressa o desejo de um “engajamento

público” em esforços disciplinares específicos para subsidiar a “sociologia pública”, a “antropologia pública”, etc. Para a América Latina, os autores apontam que o desafio é “construir abordagens teóricas renovadas capazes de orientar a pesquisa e a ação”. Lembram que o exílio de muitos pesquisadores da Argentina, Chile e Uruguai, de 1950-1980, forçou tanto a profissionalização e a institucionalização de muitas disciplinas do social em termos internacionais, mas “expandiu a orientação do campo frente a uma perspectiva regional latino-americana” (p. 59). Sem dúvida, “as universidades são atores institucionais cruciais” para as ciências sociais e humanidades, e a expansão do número de estudantes inicia-se nos anos 70, estreitamente relacionada à expansão do setor privado na educação superior. A exceção é a Argentina onde 79% dos estudantes de cursos superiores pertencem às faculdades públicas, mas em outros países como México, Colômbia, Costa Rica, Chile e República Dominicana, especialmente no Brasil, predomina o setor privado. Outro dado importante é que 90% das instituições da região estão envolvidas somente em atividades de ensino, sendo que a maior parte da pesquisa é realizada nos cursos de pós-graduação, figurando o Brasil e México com mais de dois terços da pós-graduação em universidades públicas. Agências estatais de fomento existem em alguns países – Brasil (CNPq), Argentina (Conicet), Colômbia, Chile, Costa Rica, México (Conacyt), Venezuela, ao lado de algumas agências de consultoria de caráter independente (Cebrap, Brasil; Cedes, Argentina) no campo das ciências sociais. Em relação à formação, o Brasil produz cerca de 10 mil mestres e 2.500 doutores anualmente, em ciências sociais, conforme dados Capes, de 2007. Ponto destacado pelos autores desta apresentação é o fato de que no final dos anos 90, as ciências sociais entraram em um “período de autoavaliação”, quando muitos pesquisadores falaram de uma “crise no campo e de novos desafios postos pelos desenvolvimentos do século vinte e um”. Frente à grande perda de seu lado crítico e de sua contribuição para a análise dos fenômenos sociais e culturais, impunha-se um “novo discurso” que se voltasse para as questões de mercado, competitividade, racionalização, governabilidade, etc., assim como o retorno a algumas ideias dos anos 60 e 70, tais como: subjetividade de grupos indígenas e marginalizados, estudos culturais, estudos da ciência e estudos feministas. Temas como movimentos sociais, participação social, multiculturalismo, identidades latino-americanas, educação e vio-

lência urbana ressurgem e novos, como tecnologias da mídia, informação, comunicação, desenvolvimento sustentável e mudança climática juntam-se a uma nova agenda.

Pelos limites de uma resenha, não podemos detalhar o estado das ciências sociais em todas as regiões geográficas, mas destacar pontos que nos chamam a atenção. No caso dos países do norte da África, as ciências sociais são praticadas predominantemente dentro das universidades, poucos países têm institutos de pesquisas, os quais contam com poucos recursos governamentais e com modestas contribuições na produção científica. O destaque é para os países sul-africanos onde se localizam as universidades mais produtivas. No mundo árabe a pesquisa científica não desempenha um papel específico, mas “há significantes diferenças entre regiões e países”. De um modo geral, discute-se a utilidade das ciências sociais que “tendem a ser olhadas como uma atividade cultural” (p. 71). Na China ocorre uma reintrodução das ciências sociais, assim, a sociologia banida em 1952, volta em 1979, mantendo suas características acadêmicas, mas com maior integração nas questões das políticas sociais, incluindo, dentre outras a urbanização e as reformas no cuidado à saúde. Na região que compreende o sul da Ásia, a principal referência das ciências sociais é a Índia onde as universidades e as fundações públicas, mas autônomas, realizam a maior parte das pesquisas, cujas publicações em âmbito internacional são ainda modestas. Nos outros países (Paquistão, Bangladesh, Sri Lanka) as ciências sociais estão em declínio. Em relação ao status das ciências sociais na Europa, os autores iniciam dizendo que “vista como o berço das ciências sociais”, a organização da pesquisa passou por grandes reformas nos últimos vinte anos. Mesmo conservando as suas características nacionais e supranacionais, sente-se um incremento no papel das fundações e seu papel no financiamento das pesquisas. Pontos comuns encontrados nos países (Europa Ocidental e Central): carreiras de pesquisa relativamente estáveis; homogeneidade nos cargos efetivos nas universidades e organizações estatais; concentração da pesquisa nas universidades públicas, academias e centros de pesquisa; frequente sobreposição entre ensino e pesquisa; relativa autonomia da academia; organização da pesquisa ao longo de linhas estritamente disciplinares. Os autores apontam que há a necessidade de um trabalho conjunto das instituições na formação de novas gerações de cientistas frente às demandas sociais, econômicas, tecnológicas e climáticas enfrenta-

das por muitos países europeus. Do ponto de vista das bases que fundamentam as ciências sociais, na Europa elas estão “fortemente enraizadas nas humanidades e enfatizam suas origens históricas no desenvolvimento econômico e social” (p. 86), sendo que há mais cientistas sociais nas universidades, quando comparado aos Estados Unidos. Lembram, ainda, que o marxismo, como ideologia política, tem sido amplamente rejeitado, mas “a influência da sua ênfase sobre as relações de classe e poder dentro da sociedade continuam vivas”. Em relação à Rússia, apontam 23.200 pesquisadores em 2007, com grupos dinâmicos de pesquisa, mas que frequentemente “produzem análises superficiais sob a pressão de resultados imediatos” (p. 89). O lado positivo é que as ciências sociais e humanas russas têm conservado suas originalidades pelas próprias características culturais, mas de outro lado, deve-se reconhecer que no começo do século XXI “a sociedade russa parece incapaz de formular respostas que adequadamente abranjam a escala dos problemas que ela enfrenta”. Sobre a Nova Zelândia, as informações relatam um crescimento de pesquisas relacionadas à educação, políticas públicas, família e sociedade, saúde e incapacidade, principalmente.

O Capítulo 3 *Unequal capacities* analisa as desigualdades na produção de conhecimentos, apontando os déficits na capacitação em ciências sociais nas diversas regiões geográficas. Os autores situam que a capacitação envolve três níveis: individual, organizacional e do sistema sociopolítico. São analisados os desafios para o desenvolvimento científico nos estados árabes, países africanos, países asiáticos (exceção feita à China e Índia) que têm investido muito lentamente em pesquisas e não demonstram conexões com as tendências internacionais. Na mesma sequência, os desafios traçados para a América Latina relacionam-se a: financiar projetos com abordagem crítica, vincular essas pesquisas à pós-graduação, disponibilizar informações e pesquisas e disseminá-las por meio de novas tecnologias, promover a participação regional de cientistas daquelas áreas menos desenvolvidas. Dentre as sugestões, lembram a necessidade de pesquisas regionais abordando a pobreza e as desigualdades sociais. Dois outros temas fazem parte deste capítulo: a “fuga” e a “circulação” de cérebros e a capacidade de superar as divisões entre os países. O relatório ressalta que em relação ao primeiro tema, ele tem suas origens principalmente por razões econômicas e políticas, levando estudantes que não retornam aos seus

países após a formação graduada ou pós-graduada. Calcula-se que de 1960-1990, 1 milhão de estudantes saíram de seus países para estudar em outros centros. Dados de 2005 situam os Estados Unidos como tendo recebido o maior número de estudantes (595.900, dos quais 25% da China e Índia), seguido do Reino Unido, Alemanha, França e Austrália. Sobre a América Latina os dados são heterogêneos, mas sugerem que a mobilidade das elites científicas para o exterior é “apenas um aspecto de um fenômeno mais amplo de mobilidade internacional” (p. 122). Interessante a avaliação sobre as Filipinas, com uma constante migração de profissionais, mas cujos efeitos são vistos como positivos, na medida em que “A diáspora é central na construção da cooperação com acadêmicos em seus países de origem, assim ajudando sua integração nas redes de pesquisas internacionais” (p. 117). Relatam, também, o retorno de muitos pesquisadores indianos, na onda da recessão norte-americana. Outro tema importante é como os países estão enfrentando a capacitação para a pesquisa. Nesse item, destaco o Brasil. Os dados de 2008 mostram que 33% dos mestrandos e 26% dos doutorandos pertencem às ciências sociais, predominando a área da educação, seguida pela história, psicologia, sociologia e direito nos doutorados. Assinale-se a expansão da pós-graduação que atingiu 2.568 programas, dos quais 692 eram de ciências sociais, mas com distribuição bastante desigual no país, concentrando-se 70% nas regiões sul e sudeste. Quanto à empregabilidade (em 2004), 66% dos doutores estavam em instituições educacionais, 18% na administração pública, defesa nacional ou segurança social e somente 1,2% na esfera industrial. Além de destacar o papel da Capes, CNPq e Finep, é lembrado que no Brasil a pós-graduação permanece essencialmente pública.

O Capítulo 4 *Uneven internationalization* analisa a dimensão crescentemente global assumida pelas ciências sociais, num processo de internacionalização. Em um primeiro momento, este processo “reduz as divisões do conhecimento das ciências sociais entre diferentes regiões do mundo sem destruir a diversidade” (p. 143), mas quando visto pelos critérios de avaliação da produção (coautoria entre pesquisadores de diferentes países), como também onde são produzidos os periódicos e os artigos, a internacionalização tem sido questionada. Como é mostrado “A produção em ciência social e colaboração retém um forte padrão centro-periferia e tem uma estrutura altamente assimétrica de troca. Mas há sinas

de mudança gradual” (p. 144). Assim, um dos artigos situa o domínio da América do Norte e Europa Ocidental nas duas últimas décadas, quando analisado por meio do número de publicações conjuntas (artigos com dois endereços institucionais de diferentes países). Na mesma direção está o predomínio de citações nos artigos produzidos, sendo que estas regiões foram grandemente favorecidas pela globalização e internacionalização da pesquisa. Aponta que o risco é a exclusão de “pesquisadores menos favorecidos” dos países em desenvolvimento, em nome de um discurso que aborde “temas de relevância global”. Outro tema refere-se à preferência pelo uso do inglês – menos pronunciado nas ciências sociais do que nas naturais, mas mais do que nas humanidades, com variações dentro e entre as disciplinas. A segunda língua é o francês, seguida do alemão (dados de 2005).

O Capítulo 5 *Homogenizing or pluralizing social sciences* retoma a discussão da internacionalização da produção das ciências sociais, mas focando a hipótese se ela pode levar à homogeneização do conhecimento. A primeira resposta é que isso pode se dar no caso das ciências sociais ocidentais, especialmente a norte-americana, dominarem o contexto da pesquisa, definindo metodologias, teorias e temáticas, o que levaria outras regiões a adotarem esses padrões a fim de “tornarem visíveis a sua produção”. De outro lado, a internacionalização facilita “o advento de vozes divergentes no cenário mundial” produzindo o “encontro de ideias e métodos heterogêneos” (p. 167). O Capítulo aborda esses dois pontos indicando que os pesquisadores do “global South” voltam-se mais para estudos empíricos e de coleta de dados e as questões teóricas desses trabalhos nos países norte-ocidentais. Frente à universalidade buscada por essa ciência social, tem emergido correntes contra hegemônicas, desde 1960. Um ponto discutido refere-se ao fato de aparecerem nesses países “sociologias locais” num processo de dissidência frente a dominação. Isto tem relação a críticas quer seja ao eurocentrismo, desconstrução do orientalismo e estudos antropológicos. Não se pode falar de um “movimento intelectual unificado”, mas de diferentes processos ocorrendo nos países em desenvolvimento como discursos alternativos, como é exemplificado no caso das ciências sociais na Ásia e como analisam alguns autores “O objetivo não é substituir o eurocentrismo com qualquer outro etnocentrismo”, mas de respeitar as diferenças (p. 172). Interessante, também, a discussão que não podemos estender nesta rese-

na é sobre a questão epistemológica frente ao sexismo e ao racismo. Os dois itens finais desse capítulo apresentam as tensões entre conhecimento global e local em três países do Maghreb, Japão e China. Destaco a China cujo processo de ocidentalização das ciências sociais é criticado frente à ideia de que “Para estabelecer a autonomia acadêmica, as ciências sociais chinesas devem mover-se em direção ao mundo (...), mas o processo ‘envolve mais do que integração’ (...) ‘sugere participação no discurso acadêmico e trocas com cientistas de outros lugares’”. (p. 183).

O Capítulo 6 *Disciplinary territories* analisa em três partes: as disciplinas e suas divisões, cruzando as fronteiras disciplinares e variações regionais. Parte de uma observação interessante, “As disciplinas são para a esfera científica o que os estados-nações são para a esfera política global” (p. 189). Nesse sentido, “as divisões nas ciências sociais não são somente divisões entre tradições nacionais de sistemas e pesquisas, mas configuram divisões entre e dentro das disciplinas, levando à formação de especialidades e subdisciplinas”. Repensar a história das ciências sociais e humanidades além das duas perspectivas, como um “progresso constante” ou como “um período de declínio de uma Idade de Ouro anterior (a atual)” é um dos pontos de destaque, visto que elas não se sustentam (p. 191, 192). Frente às possibilidades de uma “história espacial”, sugere-se o estudo em três épocas: origens europeias, primeira globalização com a emergência da hegemonia americana (em especial para as ciências sociais e menos para as humanidades) e regionalização pluralista. O artigo considera que essa pluralidade pode ser mais promissora e efetivamente ser competitiva no plano global. Um outro ponto deste capítulo é sobre o declínio da sociologia e da antropologia e o crescimento da economia e da psicologia. Esta avaliação baseia-se nos dados entre 1980-2007 dos artigos do SSCI (Social Science Citation Index), num total, respectivamente de 55 mil e 93 mil. Duas áreas são ainda lembradas como destaque: a integração do direito e ciências sociais e a emergência dos estudos de comunicação como novo campo de pesquisa. Da mesma forma, salienta-se uma “mudança nas relações intelectuais” com subcampos que apareceram mais recentemente – sociologia econômica, socioeconômica e economia política internacional, possibilitando o cruzamento da economia e da sociologia. Na perspectiva conceitual, a utilização da noção de “capital social” e o uso comum de metodologias quantitativas têm concorrido para a maior aproximação das duas disciplinas. Outra questão tratada

dentro da temática refere-se à existência de uma ou de muitas ciências sociais. A resposta é que “Há somente uma ciência social, mas ela não é unificada” (Elster, p. 199). Além do caráter cumulativo da ciência, aponta que “A principal candidata a uma teoria da ciência social é a teoria da escolha racional, incluindo a teoria dos jogos” (paradigma dominante na economia e em menor grau na ciência política). Dentre os assuntos abordados, cite-se a economia comportamental e as questões sobre as escolhas e as ações individuais. Ao final, sugere que uma base em história pode ser um caminho para “criar uma ciência social unitária com uma linguagem comum” (p. 202). Dois verbetes encerram este tópico: história global e análise espacial. A segunda parte deste Capítulo trabalha o cruzamento de três culturas epistêmicas que abrangem muitas disciplinas: as ciências físicas e naturais, as artes e humanidades e as ciências sociais e as dificuldades dessa tarefa. Para repensar as relações ciências naturais e sociais as pesquisas incluem: estudos linguísticos entre linguistas, historiadores, arqueólogos e geneticistas; estudos da mente humana, da filosofia da mente e consciência e a colaboração entre filósofos, psicólogos e neurologistas; também, entre matemáticos, lógicos e cientistas da computação, como no campo da bioética. O tema leva a repensar as relações entre centros e periferias na questão da inovação e difusão de novos conhecimentos. Este longo Capítulo apresenta os desafios interdisciplinares em relação à pesquisa climática, campo novo para os cientistas sociais num trabalho junto com demógrafos, estatísticos e economistas. Além deste ponto, outro tema refere-se ao papel da psicologia num mundo em mudança e à necessidade de intercâmbios com as ciências sociais e biológicas. Para finalizar este Capítulo são apresentados dois trabalhos que tratam da ciência social norte-americana “além das disciplinas”, salientando a importância das conexões interdisciplinares e da reconfiguração das ciências sociais na Índia, com ênfase na economia, educação e saúde.

O Capítulo 7 *Competing in the knowledge society* em três partes analisa: os rankings globais – as ciências sociais e o ranking das universidades, alternativas para os atuais *rankings*, uma “nova indústria” os *rankings* das universidades e as ciências sociais, as universidades de “classe” e o sul; a avaliação da pesquisa – conceitos, limites da bibliometria, prós e contras, avaliação no Reino Unido e na Espanha; projetos de financiamento e agenda. De todo esse Capítulo ressaltamos alguns aspectos. As primeiras observações feitas dirigem-

se à questão que as metodologias adotadas para se chegar a esses *rankings* (Shanghai Jiao Tong University Rankings – SITUIHE e outros) são controvertidas, mas têm se tornado populares. Um dos pontos levantados diz respeito à ênfase em artigos de periódicos minimizando monografias que são mais comuns nas ciências sociais. Sendo o *ranking* de universidades uma “realidade provável de permanecer e multiplicar”, considera-se importante “acrescentar aos *rankings* novos atores com indicadores alternativos para o conjunto de disciplinas, para o ensino e a aprendizagem e para as atividades avaliadas por comissões (Plano da Comissão Europeia, 2008). Estes pontos se revelam importantes porque há claras diferenças no papel desempenhado pelas publicações das ciências naturais e médicas que dominam os rankings e as ciências sociais e sugerem a criação de uma base de dados nacionais ou universitários cobrindo todas as publicações, inclusive ciências sociais (p. 238). Certamente, os rankings têm se tornado instrumentos para políticas educacionais, apesar das suas limitações. O THE (Time Higher Education) que avalia 300 universidades com atividades em ciências sociais no mundo, em 2008, apresentou os seguintes resultados (aqui anotamos somente as 10 primeiras universidades) por ordem decrescente: Harvard, California (Berkeley), Stanford, London School of Economics and Political Sciences, Cambridge, Oxford, Yale, Chicago, Princeton, Massachusetts Institute of Technology (MIT). Aponta-se que esse *ranking* varia de acordo com a ênfase, quer seja da “popularidade” dentro da comunidade acadêmica (é o caso do THE) ou nos resultados científicos (Scimago Institutions Ranking) (p. 244). Neste Capítulo aparecem fortes críticas por parte de pesquisadores (por ex. Saleen Badat – Rhodes University South Africa) quando salientam que “As ciências sociais e as humanidades não têm que se integrar no discurso acadêmico internacional no mesmo nível que as ciências naturais a fim de alcançarem um alto padrão qualitativo” (p. 250). Para isso, devem ser julgadas considerando suas especificidades. Da mesma forma, há críticas sobre os limites do uso das análises bibliométricas devido: proporção mais baixa de artigos, taxa de envelhecimento dos artigos e citações (nas artes e humanidades a “vida útil” do conhecimento é mais longa do que em outros campos; nas ciências sociais a idade é altamente similar às ciências naturais e engenharias) e a relevância local das ciências sociais e humanidades (mais frequentemente os pesquisadores dessas áreas publicam em sua língua materna). Tema sempre presente é o da importância de li-

vros e publicações seriadas (contínuas) para as ciências sociais e humanas, como também rever o papel dos rankings e da escolha dos indicadores de qualidade. Da mesma forma, atenção deve ser dada ao sistema dos “peer reviewers” em termos de originalidade, seletividade-sensibilidade, capacidade de resposta-rigor, eficácia-eficiência, validade-confiança. Também, analisam-se as relações entre os indicadores e a concessão de fundos para pesquisa, sendo que se conclui que mesmo uma moderada associação “difícilmente ocorre”. Em relação aos fundos, as ciências sociais e humanidades têm obtido mais verbas governamentais na China, dentro de critérios que envolvem dentre outros, originalidade e impacto social dos projetos. Esta tem sido também a política do Canadá, com fundos para programas que estendam seus benefícios de pesquisa “além da academia”.

O Capítulo 8, *Disseminating social sciences* aborda dois temas: as relações ciências sociais, educação e sociedade e a difusão e o acesso do conhecimento. As questões levantadas no primeiro tema referem-se à participação dos cientistas sociais nas políticas públicas e privadas, “regularmente acusados de estarem mais interessados em detalhes conceituais e metodológicos e de se recusarem a se engajar em assuntos de interesse público” (p. 285). Claro, que isto não se aplica a todos, pois há muitos que “disseminam seu conhecimento ativamente” – ensinam, publicam e divulgam. Os destaques das ocupações do espaço público pelas ciências sociais são: ensino, construção de conceitos chaves e modelos analíticos, avaliação de assuntos prioritários da agenda política, “falar a verdade frente ao poder” e avaliar criticamente as políticas e as ideologias do poder. Como é apontado, isso depende de cada realidade e país e dos interesses nacionais. As discussões neste Capítulo sobre o papel dos cientistas sociais estendem-se da mídia às universidades; das salas de aulas às cafeterias e crescentemente da internet. Destaca-se a importância das ciências sociais no ensino secundário e universitário e a necessidade de mais pesquisas sobre esse tema. Outro tema incluído diz respeito aos livros didáticos e manuais no ensino (área muito pouco pesquisada) e seu “papel estratégico na cristalização do conhecimento” (p. 292), mas que deve refletir o caráter pluralista do campo. Chama-se atenção para a nova geração de atores formada pelos alunos como “importante canal através do qual as ciências sociais influenciam a sociedade” (p. 294). Sobre os doutores em ciência social, são apresentados dados de alguns países da OECD (Organization for Economic Co-operation and

Development) com cerca de 52 mil doutorados (2006) nos mais diversos campos, incluindo jornalismo, informação, negócios e administração, etc., com 52% de mulheres desse total. A maioria dos doutores trabalha como pesquisadores e docentes no ensino superior, como, também, nas ocupações gerenciais. Sobre o tema da difusão do conhecimento, o Capítulo mostra que tem havido mudanças relacionadas aos periódicos impressos, publicação de monografias (que têm sido reduzidas), livros didáticos, especialmente frente ao acesso aberto (forma de reduzir gastos) e à cobertura dos gastos de publicação pelos autores. Estas questões variam entre as disciplinas e os países. Cita-se que o depósito dos periódicos para livre acesso vem ocorrendo crescentemente na América Latina. Especial atenção foi dedicada às novas ICT (tecnologias de informação e comunicação, em inglês) e seu papel junto às formas mais convencionais como informação oral e impressa, coexistindo com as digitais.

O Capítulo 9 *Social Sciences and policymakers* aborda em tres seções: o uso e abuso político das ciências sociais, tomada de decisão baseada em evidências e os ‘*brokers*’ e ‘*think-tanks*’ do conhecimento. Em realidade, este Capítulo complementa muitas questões abordadas anteriormente, mas como resumem os autores “Este capítulo começa por explorar as diferenças entre a racionalidade científica e as formas de racionalidade social e política” (p. 317). Aponta que por não serem lineares, as relações entre pesquisa e os formuladores de políticas são atravessadas por intuição, ideologia ou pressão de grupos interessados e os formuladores muitas vezes não querem ouvir o que a ciência tem a dizer, como foi o caso da AIDS (p. 318, 325-328). Como é mostrado, isto não impede que se busquem formas de engajamentos, de inovações no momento em que ocorrem tantos processos como globalidade/diversidade, múltiplas modernidades, muitas formas de capitalismo, exigem perspectivas de estudo e análises num movimento no qual “o natural e o feito pelo homem estão intrinsecamente entrelaçados”. (p. 321). Dentre as inúmeras questões que são postas neste Capítulo, somente algumas referências evidenciam a importância do tema. Destaco, por exemplo, programas educacionais e de saúde no México, Nicarágua, Equador e Honduras (denominado Progreso) que testados no primeiro país, de forma experimental, foram posteriormente reaplicados nos outros. Isto, segundo a análise, leva a concluir que “Experimentos criam um diálogo mutuamente enriquecedor entre a ciência social e o desenho de

políticas” (p. 332). Não foi marginalizado neste Capítulo o tema das estatísticas como indicadores de desempenho, mas com a advertência de que no século XXI elas deverão estar associadas às formulações referidas pelas questões ecológicas, sociais e feministas, numa crítica às estatísticas tradicionais. O capítulo encerra a temática com dois trabalhos que abordam a defasagem entre as pesquisas acadêmicas e os usuários, formuladores de políticas e sociedade civil e as instituições que emergiram fora das universidades. Destacam os ‘think-tanks’ que apareceram nos Estados Unidos no começo do século XX e se espalharam por outros países e seu papel de produzir e divulgar o conhecimento científico em instituições e agências extrauniversitárias.

A extensão e a complexidade deste Relatório não podem ser circunscritas a uma resenha, e a seleção de pontos de referência têm obviamente o viés do autor. Não será feito um resumo, mas seguirei o próprio esquema adotado no Capítulo 10, *Conclusions and future lines of action*. Assim, as conclusões apontam que as ciências sociais são: 1. hoje mais cruciais do que foram anteriormente frente os desafios globais; 2. “global” não é o mesmo que “uniforme”; 3. estudos globais e teorização global são ambos necessários; 4. houve aumento no número de estudantes graduados e pós-graduados; 5. crescente importância nos debates públicos e maior disseminação do conhecimento; 6. presença de divisões geográficas, capacitação, desigual internacionalização e produção do conhecimento, divisão entre as disciplinas, divisão entre a pesquisa “mainstream” e as abordagens

alternativas, tensão entre os acadêmicos e os formuladores de políticas, competição entre as novas práticas administrativas. Os autores sintetizam a situação encontrada na década ao escreverem que os dois pontos principais são “as persistentes disparidades nas capacidades de pesquisa, e a fragmentação do conhecimento” (p.349). Sem dúvida, “Muitos dos desafios que as ciências sociais são convidadas a abordar requerem conhecimento além dos confins das disciplinas individuais, e às vezes abrangem os domínios das ciências naturais e humanidades” (p. 356). Imediatamente, o apelo é para a pesquisa interdisciplinar e sua institucionalização, assim como programas experimentais, com cientistas naturais educados em ciências sociais e vice-versa. Também, assegurar bases de dados digitais internacionais a fim de criar “instrumentos para a superação das divisões de conhecimento entre diferentes áreas do mundo e abrir a possibilidade de programas internacionais de pesquisa” (p. 356).

Trata-se de documento essencial para reconstituir o campo das ciências sociais na última década e de consulta para pesquisadores, professores e estudantes independente das áreas específicas de conhecimento. Além do trabalho de análise que envolveu centenas de pesquisadores, o documento oferece importantes estatísticas básicas sobre a produção em ciências sociais e um resumo sobre a base de dados bibliográficos. Sem dúvida, um documento para consulta e discussão, não somente dos cientistas sociais, mas para toda a comunidade científica que se interessa pelo destino e pelas transformações da humanidade.